

DISCURSOS SOBRE O SISTEMA DE COTAS PARA AFRODESCENDENTES NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO E VONTADE POLÍTICA: O MITO DA DELIBERAÇÃO “RACIONAL”

Resumo

Estudo realizado com a aplicação de um questionário em escolas de segundo grau da rede privada e pública, na Universidade Federal da Bahia e na Universidade do Estado da Bahia, abrangendo uma amostra de aproximadamente 1390 estudantes com objetivo de perceber os argumentos envolvidos no processo deliberativo no espaço público, tendo como tema a questão do sistema de cotas para afro-descendentes. Os resultados sugerem que a idéia de um “debate racional” não se sustenta e que o processo deliberativo está limitado aos conjuntos particulares de valores e as diferentes perspectivas dos diferentes grupos étnicos, de classes sociais que compõem o conjunto de públicos pesquisados. A leitura dos dados confirma que a atitude para com o sistema de cotas varia significativamente conforme a classe social e o grupo étnico a que pertencem os pesquisados sugerindo conotações de natureza nitidamente ideológicas.

Palavras-chave: Opinião Pública. Políticas Afirmativas. Representações Sociais. Tolerância.

INTRODUÇÃO

O conceito de opinião pública é central na concepção das democracias chamadas deliberativas.³ Sua presença pode ser depreendida já em estudos clássicos como o de Rousseau que pressupunham um público virtuoso e educado politicamente, com o interesse bem compreendido e voltado para o bem comum.

1 Professora associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia. E-mail: victoria@ufba.br

2 Professor titular do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: rdias@uneb.br

3 O paradigma de democracia deliberativa é desenvolvido tanto por autores da teoria Liberal quanto por seus críticos que adotam o modelo da teoria Crítica.

Uma Opinião Pública (OP) livre é um elemento essencial na maior parte das formulações liberais de modelos democráticos, embora sua dimensão e relevância possam variar bastante, assumindo uma maior ou menor importância a depender da linha assumida, podendo resumir-se a apenas a expressão eleitoral, como defende Sartori (1994), e também autores que se alinham com o modelo da democracia participativa, ou um papel mais amplo que se estenderia para além dos períodos eleitorais.

Habermas desenvolveu de forma bastante complexa e persistente uma abordagem sociológica dos conceitos de esfera pública, sociedade civil e opinião pública, enfatizando a polissemia deste termo, que segundo ele é intencional. Para Habermas a gênese da OP moderna estaria no aparecimento de uma esfera pública burguesa que mediará o mundo da vida e o sistema político. A vontade da burguesia comercial de participar e intervir nas decisões políticas no século XVIII aliado ao surgimento de processos comunicativos massivos permite o aparecimento de um espaço público intermediário entre o povo e o Estado e sistema político que se configura como a sociedade civil moderna, espaço da constituição da vontade coletiva. Com isso o ator do mundo privado assume um papel, um espaço que a torna contraparte do poder público. É o mundo dos leitores que não é mais um ouvinte ou assiste uma representação, mas um público que julga e que publiciza esse objeto julgado. (HABERMAS, 2003) Essa perspectiva permite pensar a democracia como um processo dialético e permanente, capaz de incorporar demandas da população com uma certa agilidade, o que o sistema institucional da democracia representativa teria dificuldade de fazer.

Na verdade é difícil visualizar numa sociedade complexa o processo no qual os cidadãos tomam conhecimento de uma questão controversa, discutem sobre ela de forma desinteressada e tomam uma decisão com base no consenso. As dificuldades para realização de tal operação são inúmeras. Nos processos democráticos modernos a ampliação da participação política através da inclusão de parcelas cada vez mais amplas nos processos eleitorais torna praticamente impossível a presença de um público vigilante, politicamente informado e disposto a discutir as questões. Contra essa fantasia se interpõem inúmeros obstáculos que vão desde a incapacidade dos indivíduos se manterem informados sobre todas as esferas que afetam a vida pública como o direito, a saúde, a economia até a falta de interesse pessoal por determinados temas.

Pierre Bourdieu (1983) alega que a ideia de públicos instruídos, informados, envolvidos num debate público e que chegam a um consenso, não passa de uma ficção. Justifica contestando a veracidade de três postulados em que se baseiam as pesquisas de OP: todo mundo pode ter uma opinião; todas as opiniões tem

valor e; há consenso sobre os problemas. O autor defende que a opinião pública, nos moldes dos que defendem sua existência, não é na verdade uma opinião pública uma vez que esta exigira debate, livre circulação de ideias e principalmente o consenso. Acrescenta ainda que falta interesse dos públicos nas questões, falta ou deficiência de informações, e falta de competência dos públicos para discutir determinados assuntos que exigiriam conhecimento técnico. Com isso as Pesquisas de Opinião Públicas (POP) retratariam apenas respostas éticas em lugar de respostas políticas. As POP funcionariam como instrumentos de ação política e legitimação da força.

Entendemos que um tema que reúna alguns elementos que permitem analisar a questão da opinião pública de forma empírica é o das cotas para afro-descendentes, pois trata-se de um tema do interesse do público estudado e que gerou um processo de discussão na mídia. Nosso objetivo neste estudo foi o de procurar identificar e compreender a possível existência deste processo deliberativo e para isto buscamos identificar as atitudes, representações e valores relacionados com a política de cotas e a origem e natureza dos argumentos envolvidos.

POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS

Os primeiros registros de aplicação das chamadas ações afirmativas remontam aos anos 60 do século passado, nos Estados Unidos da América (EUA), com a promulgação dos direitos civis. Ao longo dos anos, estas medidas foram largamente difundidas não somente nas universidades americanas como em outras atividades dessa sociedade, tendo a Suprema Corte daquele país, de forma ambígua, se manifestado pela constitucionalidade de sua aplicação.⁴

A pressão de grupos de defesa dos direitos humanos e de associações profissionais nos EUA conseguiu impor um sistema de cotas em diversas atividades profissionais, a ponto de condicionar as produções cinematográficas, por exemplo, à presença obrigatória no elenco e na equipe técnica de uma porcentagem de afro-americanos, gerando situações bastante curiosas, como a atuação de protagonistas negros em pé de igualdade com brancos, em filmes do gênero

4 O editorial do jornal o *Globo* destaca que “A decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de referendar as políticas afirmativas para garantir a diversidade étnica e social nas universidades ajuda a entender a dimensão das propostas de se privilegiar o acesso dos negros ao ensino superior brasileiro. Por apenas 5 a 4, os juízes mantiveram um voto dado pela mesma Corte em 1978. E por uma margem maior (6 a 3) declararam ilegais os sistemas que burocraticamente distribuam bônus a candidatos de minorias na avaliação para a matrícula num curso superior”. (DERROTA..., 2003)

western, ambientados no Oeste americano do século 19, época em que qualquer tipo de integração seria inimaginável naquela sociedade segregacionista.

No Brasil, estas medidas começaram a ser postas em prática no ano 2001,⁵ na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com a adoção do Sistema de Cotas para Afrodescendentes-SCAD. Em 2002, foi criado, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa de Ações Afirmativas, que resultou na elaboração do Sistema de Cotas das universidades de Brasília (UnB) e do Estado da Bahia (Uneb). O critério adotado para caracterizar o beneficiado pelas medidas foi, na maior parte das instituições, a chamada autodefinição, ou seja, a declaração voluntária do candidato ao benefício. A conveniência desta forma de inclusão no Programa está no fato do candidato ter de se declarar negro ou afrodescendente, o que contribui para a reafirmação da identidade cultural e da autoestima dos negros.

O modelo esboçado por John Rawls em “Justiça como equidade” (1993) e outros textos compreende que decisões redistributivas e compensatórias podem resultar de uma situação deliberativa. Uma intervenção de natureza redistributiva ou compensatória, como o caso de um sistema de cotas para afrodescendentes, não seria inteiramente compatível com o postulado liberal, uma vez que representaria uma forma de intervenção dos poderes públicos sobre os direitos individuais e sobre o equilíbrio “natural” em favor de uma justiça social. Em outras palavras, a teoria de Rawls se baseia em “decisões sociais”, o que significa que as decisões que beneficiariam o individualismo, o autointeresse e no qual os agentes que buscam a maximização de seus interesses, perderiam espaço para as decisões deliberativas de caráter mais coletivas (sociais). Essa noção de deliberação retomaria também a noção rousseauiana de cidadãos educados politicamente. Já a linha da escolha racional se sustenta em cima das preferências individuais.

O DEBATE SOBRE AS COTAS

A implantação do sistema de cotas para afrodescendentes, adotado pela Uneb e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), demonstrou que a questão é ainda bastante controversa, provocando diversos pronunciamentos e acalorados debates no meio acadêmico. Apesar da polêmica e da falta de um consenso em torno do tema esta política vem se generalizando. Recentemente, a discus-

5 Portaria MJ, n. 1156, de 20 de dezembro de 2001.

são foi retomada na internet, com ampla participação de professores da UFBA, sendo que a maioria dos pronunciamentos se colocava contra a medida.⁶

O crescente interesse no tema influi na formação e na ampliação da opinião pública, pela aquisição de novos conhecimentos e pela atribuição de outros significados a um objeto, o que não pode ser desprezado. Um conjunto de novas informações sobre um assunto, sem dúvida influencia a formação das atitudes e das representações sociais que são fundamentadas em bases cognitivas. No entanto, é oportuno observar o grau em que o componente afetivo está presente nas posturas diante do sistema de cotas. Atitudes de natureza afetiva são, devido à sua intensidade, menos propensas a mudanças do que as de base cognitiva. O debate livre, racional e descompromissado da perspectiva democrática deliberativa pressupõe a superação do autointeresse e atitudes de natureza afetiva não são compatíveis com o tipo de consenso almejado.

Nosso objetivo principal ao realizar este estudo foi para além da clássica divergência entre protagonistas e antagonistas, identificar, no meio estudantil, quais as atitudes dos estudantes em relação às cotas, procurando compreender, ainda, como tais atitudes se estruturavam em suas possíveis vinculações com a estrutura de classe social. Buscamos perceber, também, as ordens de fatores mais sutis, subjacentes aos processos de formação de opinião e tomada de decisão, e os repertórios simbólicos a respeito do nosso objeto. Com base nos resultados, acreditamos poder entender como se processam as resistências às mudanças no interior dos grupos.

Entendemos que a consolidação democrática pressupõe uma boa dose de valores, como tolerância e altruísmo, este último entendido como a capacidade do indivíduo de se preocupar com o outro, sem levar em conta os seus próprios interesses. Visto de uma perspectiva moral, o altruísmo poderia ser entendido como um imperativo categórico.

Por tolerância compreende-se

o espaço que dá vida a comunidade política, é dizer, aos métodos, regras e procedimentos que fazem possível processar as diferenças as diferenças em torno do que cada indivíduo ou grupo entendem por vida politicamente associada, o que significa vida em comum.⁷ (CISNEROS apud ROBINSON SALAZAR, [20-?] tradução nossa)

6 Debate ocorrido no segundo semestre de 2004, no grupo de discussão da UFBA, via internet.

7 El espacio que dá vida a la comunidad política, es decir, a los métodos, reglas y procedimientos que hacen posible procesar las diferencias en torno a lo que cada individuo o grupo entienden por vida políticamente asociada, que significa vida en común.

A tolerância aparece como um conceito central nas análises de espaços de convivência nos quais ocorrem trocas de diversas naturezas. No Brasil, essas trocas vêm se consolidando, historicamente, de forma desigual. Acreditamos que quaisquer medidas que envolvam mudanças em tais situações devem desencadear resistências muito fortes e tentativas de (re)produção de um discurso legitimador da situação de desigualdade, por parte dos estratos médios e superiores da sociedade.

Com base na formulação teórica de atitudes, foi elaborado um conjunto de aproximadamente cem questões, relativas ao tema, que foram submetidas a uma avaliação pela qual foram selecionadas “as seis de maior escore” para compor a escala de atitude.

Um questionário contendo as seis questões selecionadas foi então submetido inicialmente a um teste, junto a uma amostra de 70 estudantes do universo a ser pesquisado. Além das seis perguntas sobre atitude, introduzimos outras questões, relativas à intensidade das respostas para com o objeto, aos determinados conjuntos simbólicos (valores) e às representações presentes nas argumentações dos estudantes. Para compreender as perspectivas de base étnica, introduziu-se uma questão pela qual os entrevistados se autoclassificavam etnicamente, e o teste serviu para antecipar possíveis alternativas de respostas a esta autoclassificação.

A previsão inicial seria aplicar os questionários corrigidos a uma amostra de 850 estudantes para o ano de 2004.2 o que não pode ser inteiramente realizado devido às limitações de tempo da disciplina e às greves. Foram entrevistados em 2004 apenas 692 estudantes de segundo e terceiro graus distribuídos entre Rede Privada;⁸ Rede Pública⁹ e de alunos da Uneb e da UFBA.

Tanto a elaboração quanto a aplicação dos questionários revestiu-se de certos cuidados para garantir uma maior veracidade das respostas. A distribuição dos questionários entre as diversas instituições de ensino foi feita por cotas, sendo aleatória a escolha dos entrevistados.

O questionário também continha itens que foram introduzidos para se tentar perceber se o sistema de cotas podia ser caracterizado (ou estar se caracterizando) como uma representação social, e quais valores estruturavam as argumentações dos entrevistados.

Moscovici (1978 apud SÁ, 1995, p. 22) entende que as representações se constituem em “universos consensuais do pensamento”, definindo o conceito

8 Colégio Salesiano, Anchieta e ISBA

9 Colégio Góes Calmon e Colégio Central

como “[...] uma modalidade específica de conhecimento que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos, no quadro da vida cotidiana”.

Procuramos observar as representações sociais para perceber como estas orientam comportamentos e a comunicação, e são adequadas a análises sobre visões de mundo, de classes e segmentos de classes. (SPINK, 1995, p. 90) Nosso pressuposto foi que as diferentes compreensões do objeto estavam orientadas por um nível ideológico, ou concepções de mundo, dos grupamentos enfocados.

Os resultados obtidos foram digitados e processados no pacote estatístico SPSS, pelo qual procurou se observar possíveis correlações entre os diversos grupos e respostas.

Na segunda etapa do trabalho repetiu-se o mesmo questionário, desta vez a uma amostra de 698 alunos no ano de 2005 procurando estabelecer um estudo de corte longitudinal.

ANÁLISE DOS DADOS

A primeira questão de conteúdo formulada solicitava ao estudante que se classificasse etnicamente. O objetivo principal foi obter um conjunto de respostas que nos permitissem avaliar e estabelecer correlações com as diversas perspectivas étnicas, e perceber, ao mesmo tempo, as diferentes formas de classificação criadas para escapar à autodefinição de negro. Buscou-se verificar ainda a viabilidade do critério adotado no processo de seleção dos candidatos a serem beneficiados pelo SCAD.

As respostas demonstraram um índice surpreendentemente baixo de estudantes que “não sabem” se classificar na escala étnica apresentada. Em 2004, apenas 7,5% optaram pela resposta “não sei”, e somente 5,4% escolheram “outros” como alternativa às opções: branco, pardo, amarelo e negro. Esta facilidade de autoenquadramento se deve ao teste do questionário que, em certa medida, funcionou como um levantamento exploratório junto aos estudantes.¹⁰ De qualquer modo, é possível perceber uma mudança neste quesito, pois, no censo dos anos 80, o processo de autoclassificação gerou mais de vinte alternativas à categoria “negro”.

¹⁰ Tendo em conta que o sistema de classificação dos afrodescendentes funciona com base na autodefinição dos candidatos, procuramos empregar o mesmo sistema para definir os grupos étnicos. Numa pesquisa piloto foi solicitado, a uma amostra de estudantes, que estes se autoclassificassem. Deste levantamento inicial, obtivemos as categorias: “branco”, “negro”, “pardo”, “amarelo”, “outros” e “não sei”, que passaram a integrar o questionário final.

Apenas 21,4% dos entrevistados se autodefiniu como branco. Pelas respostas obtidas depreende-se que 62% dos estudantes são candidatos em potencial ao sistema de cotas. Nas escolas privadas, o número de alunos que se declararam “brancos” é cerca de quatro vezes maior que nas escolas públicas (36,0% contra 9,5%). Na Uneb, o número de “brancos” também é elevado em relação à rede pública de 2º grau (21,0% e 9,5%, respectivamente), mas o número de alunos “negros” nesta instituição supera o de “brancos”.

Estes resultados reforçam a tese que defende uma mudança na forma de inclusão no sistema de cotas, substituindo a autoclassificação étnica por um modelo mais amplo que contemple, de forma generalizada, os egressos da rede pública, onde o índice de alunos “negros” ou “pardos” é de 79%. Uma mudança neste sentido teria a vantagem de beneficiar tanto os afrodescendentes como os alunos de baixa renda, mas com um efeito distributivo maior.

O resultado obtido nesta mesma questão, em 2005, não apresentou uma variação significativa do ponto de vista estatístico como pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 1 - Como se classificam etnicamente (2004-2005)

Ano	2004	2005
Branco	21,4%	22.9%
Pardo	36,1%	33.9%
Negro	26,1%	28.6%
Amarelo	3,5%	2.9%
Outros	5,4%	3.0%
Não sei	7,5%	8.7%
Total	100,0%	100.0%

Fonte: Pesquisa de campo.
n2003=690, n2004=698

A topologia do entrevistado, na escala étnica adotada, foi extremamente significativa para a análise do resto das respostas dadas, ao longo da entrevista, permitindo o estabelecimento de perfis bem definidos.¹¹ Com base nestes perfis, podemos retornar e avaliar melhor os aspectos intervenientes na classificação étnica. Percebemos que aqueles que se classificaram como “outros” ou “não sei”

11 Ver Tabela 2, mostrando o comparativo do conjunto das respostas de números 13 a 20.

apresentam um perfil de respostas muito semelhante ao dado pelos “brancos” e “amarelos”. Isto sugere que muitos entrevistados preferiram evitar, por algum motivo, a sua autotransclassificação como brancos, por não se sentirem, por algum motivo, confortáveis nesta classificação.

No ano de 2004, verificou-se que a maioria dos entrevistados (58,2%) afirmava conhecer o significado do SCAD, contra 10,6% que desconheciam. Para garantir uma maior veracidade das respostas, foi formulada uma pergunta adicional pela qual era solicitado ao pesquisado que esclarecesse o que ele entendia como sistema de cotas. As respostas dúbias foram desconsideradas, não computando no número dos que afirmaram conhecer o significado do SCAD.

Um número significativo de estudantes, cerca de 31,2%, preferiu relativizar suas respostas, afirmando conhecer o significado apenas em parte. Este tipo de resposta (mais ou menos) pode mascarar o desconhecimento da questão. O entrevistado, para não demonstrar sua falta de conhecimento de um fato, opta por uma resposta intermediária que não o comprometa. O índice alto de respostas deste tipo sugere que isso de fato possa ter ocorrido. Ao todo, em 2004, cerca de 62,2% dos depoentes afirmaram e demonstraram ter algum conhecimento sobre o assunto. Já em 2005, o número dos que afirmavam conhecer o significado do SCAD aumentou para 89%, sugerindo que as discussões ocorridas no período podem ter ampliado a oferta de informações sobre o tema.

Este resultado se altera significativamente, quando analisado entre os diferentes tipos étnicos consultados. Os que se autodeclararam negros foram aqueles que demonstraram o menor índice de conhecimento do significado do sistema de cotas (47,2%). Os que aparentemente possuíam mais informação foram os que não souberam se classificar em termos étnicos (82,7%), seguidos pelos “brancos”, com 64,2%.

Comparando os resultados desta questão, entre os tipos de instituições pesquisadas (escolas públicas e privadas de 2º Grau, Uneb e UFBA), vemos que o maior índice de desinformação ocorre entre os alunos da rede pública de 2º Grau, nas quais, em 2004, apenas 24,5% declararam saber o significado do SCAD, contra 69,7% dos alunos da rede privada e 73,2% da Uneb. Em 2005, o número de estudantes da rede pública que não sabiam o significado do SCAD aumenta de 31,5% para 37,0%, mas esta diferença de resultados deve ser vista com um certo cuidado, pois está no limite da margem de erro. De todo modo, os resultados indicam que existe uma lacuna de informação significativa entre os alunos da rede pública, que poderia ser preenchida por uma campanha de esclarecimento da Uneb e da UFBA, que adotou o SCAD, com algumas diferenças nos critérios de seleção dos beneficiados em relação à Uneb.

No campo das atitudes, observamos, em 2004 que 26% dos entrevistados se declararam contra o sistema de cotas. Este percentual cai para 16%, em 2005. Entre os que se denominaram “brancos”, 37,9% se colocaram abertamente contra a medida. Esta oposição também é grande (32,2%) nos que escolheram “outro” como classificação étnica e nos que não souberam se classificar (30,0%). Entre os “negros”, apenas 16% se opuseram à medida. A atitude negativa em relação ao sistema de cotas cresce no segmento que se classificou como pardos (25,6%). Observa-se neste resultado que a oposição à medida cresce segundo a tendência de clareamento da pele, mesmo que esta visão étnica dos estudantes não corresponda à realidade dos fatos ou tenha bases científicas.

A rejeição às cotas também é maior nas escolas da rede privada, de maneira geral, o que é explicável, por ser nestas instituições que estariam, em tese, os principais prejudicados pela medida. No entanto, foi possível perceber uma diferença significativa entre as respostas dos entrevistados no Colégio Anchieta e no Instituto Social da Bahia (ISBA). Enquanto no primeiro, 18% dos entrevistados se colocaram francamente contra a adoção de qualquer sistema de cotas, no ISBA este número cai para apenas 10%.

Dois aspectos podem estar influenciando neste resultado. O Colégio Anchieta é conhecido pela ênfase que dá à competitividade na publicidade, baseada no grande número de aprovados no vestibular, enquanto o projeto pedagógico do ISBA enfatiza aspectos sociais, afirmando dimensões como a responsabilidade social e valores como o altruísmo. Não podemos esquecer, contudo, que a escolha da instituição de ensino pelo aluno e seus pais é feita com base no conjunto de texto de cada grupo familiar e na atribuição de significados que é dada a cada uma das instituições. Assim, podemos supor que, em princípio, o ISBA atraia estudantes que compartilhem do mesmo sistema de valores defendido pela instituição.

Analisando o primeiro conjunto de questões sobre as respostas atitudinais dos pesquisados, observou-se a presença de uma atitude positiva de fraca intensidade (escore >0) em relação ao SCAD, ou seja, a maioria considera que o SCAD é uma forma de reparação das desigualdades (+1); nega que seja uma forma de racismo (+1) e que venha a prejudicar a qualidade do ensino nas universidades (+1), considerando a medida de certo modo eficaz (+1). Ao mesmo tempo, acredita que a medida não vai contribuir para a redução do preconceito (-2), nem da injustiça social (-1).

Quadro 1 - Quadro resumo de escores

	O sistema de cotas é uma forma de reparação das desigualdades raciais	O sistema de cotas é uma forma de racismo	O sistema de cotas é uma medida que diminui a injustiça social	O sistema de cotas é uma medida ineficaz	O sistema de cotas vai contribuir para a redução do preconceito racial	O sistema de cotas vai prejudicar a qualidade do ensino nas universidades
N	1232	1233	1231	1232	1231	1232
Missing	158	157	159	158	159	158
Mean	-.01	-.24	-.32	-.12	-.94	-.43
Std Error of Mean	6.09E-02	6.20E-02	5.88E-02	5.81E-02	5.42E-02	6.00E-02
Median	1	-1	-1	-1	-2	-1
Std Deviation	1.49	1.54	1.49	1.44	1.42	1.53

Fonte: Pesquisa de campo.

No conjunto a seguir, as questões foram apresentadas de forma dicotômica (sim x não). Os resultados indicaram que o conjunto dos estudantes considera a medida “demagógica, desnecessária, paliativa, insuficiente, antidemocrática e desigual”, mas a compreende como uma ação reparadora e, curiosamente, justa. A aparente contradição parece decorrer do fato de que os estudantes reconhecem a situação racial brasileira, como injusta e desigual, mas não estão dispostos a abrir mão de determinados espaços, como forma de contribuir para a redução das desigualdades.

Quando analisados sob a perspectiva de cada grupamento étnico, os dois conjuntos de questões vão apresentar resultados bem diversos, desvelando uma ideologização do tema geralmente não admitida pelos participantes do debate.

A análise da Tabela 2, a seguir, apresenta uma correlação quase perfeita entre a escala étnica e as avaliações sobre o SCAD. Os negros, em geral, rejeitam a classificação do SCAD como “demagógica”, “desnecessária”, “injusta”, “privilégio”, e mesmo quando aceitam classificações pejorativas, como “antidemocrática”, “paliativa”, “insuficiente”, “desigual”, o fazem numa percentagem bem menor que os outros grupamentos étnicos. À medida que a autoclassificação apresenta um branqueamento, as respostas tendem a ser mais negativas nas avaliações do SCAD. Respostas contrárias à política de cotas buscam sua fundamentação tanto em valores políticos da democracia liberal, na defesa de critérios meritocráticos, como em concepções mais substantivas de democracia, alegando-se que o sistema de cotas fere o princípio da igualdade.

Tabela 2 - Classificação do SCAD- 2004

	13 Dema- gógica	14 Injusta	15 Desne- cessária	16 Um pri- vilégio	17 Insufi- ciente	18 Anti- democrática	19 Desi- gual	20 Palia- tiva
Branços	61,2	65,0	66,4	61,4	87,0	86,3	91,4	78,6
Pardos	57,8	45,7	48,4	38,4	80,3	73,4	80,4	75,8
Negros	41,9	34,8	35,3	27,6	75,0	58,3	72,4	68,4
Outros	80,6	51,6	71,0	32,3	90,3	98,8	93,5	83,4
Não Sei	66,0	56,0	60,0	40,0	92,0	78,0	87,8	74,6

Fonte: Pesquisa de campo.

n = 615

O mesmo tipo de análise, tomando-se como referência a instituição de ensino, apresentou um resultado mais complexo. As suposições de que os alunos da rede privada deveriam apresentar atitudes mais negativas do que os da rede pública se confirmaram, mas surpreendentemente os alunos da Uneb assumem em determinadas respostas uma posição contrária ao SCAD, com mais intensidade que os alunos da rede privada. Isto sugere que em determinadas situações, outros condicionantes possam estar interferindo nas respostas, como se observou no caso do ISBA e Colégio Anchieta.

Na questão em que se avalia se o SCAD significa uma ameaça à qualidade do ensino, por exemplo, obtivemos repostas diametralmente opostas entre os estudantes das redes privada e pública, evidenciando que o argumento de que as cotas vão afetar a qualidade das universidades não é difuso e pertence a um segmento social específico.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Embora as análises não tenham sido totalmente concluídas, é possível perceber alguns pontos significativos sobre o tema. Observou-se que a questão não pode ser traduzida apenas pelos argumentos apresentados nos debates, entre partidários e antagonistas das políticas afirmativas, e a posição dos indivíduos e grupos na discussão vai depender de um conjunto de elementos que determinam *a priori* a topologia social dos protagonistas.

O estudo confirma nossos pressupostos de que a atitude em relação ao SCAD decorre fundamentalmente da adscrição econômico-social e étnica do pesquisado, indicando que a questão das cotas está se configurando como uma

representação no sentido clássico do termo, como dois conhecimentos, duas concepções distintas de mundo, em disputa pela hegemonia e legitimação, “cujo objetivo é criar a realidade”, como defende Moscovici (1978 apud SÁ, 1995, p. 33).

Os argumentos a favor ou contra a política de cotas possuem uma significativa afiliação específica a cada segmento social estudado. A classe social e a etnia atribuem significados distintos ao objeto e utilizam conjuntos de argumentos e valores específicos.

Concepções de mundo de natureza mais individual podem interferir significativamente nas respostas, como foi possível observar na diferença de comportamento entre alunos do Colégio Anchieta e do ISBA, observando-se neste último que uma maior adesão a valores axiológicos e um maior comprometimento com a justiça social por parte da instituição e dos estudantes interferiu nas respostas dadas, confirmando as afirmações de Bourdieu de que as escolhas dos atores não decorrem de um consenso com base no processo deliberativo livre e racional no espaço público, mas de posições com base em valores e identidades grupais.

DISCOURSES ABOUT QUOTA SYSTEM TO AFRODESCENDENTS IN FORMING OPINION AND POLITICAL WILL: THE MYTH OF “RATIONAL” DELIBERATION

Abstract

This study was conducted with a survey was applied in private and public secondary schools, in preparatory courses for university entrance examinations and at the Federal University of Bahia and at the State University of Bahia. The objective of this project is to analyze the arguments used in the process of forming public opinion about the quota system for African Brazilian students and the set of values involving altruism and tolerance related to the perspectives of the different ethnic groups, social classes and genres that comprise the group of students under analysis. A first reading of the data seems to confirm that the attitude towards the quota system varies greatly according to the social class and ethnic viewpoints of the subjects analyzed, which points to commutations of a clearly ideological nature.

Key words: Public Opinion. Affirmative Acts. Social Representations. Tolerance.

REFERÊNCIAS

ARCE, C. **Técnicas de construcción de escalas psicológicas**. Madri: Síntesis, 1994.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

DERROTA das cotas. 2003. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2003/06/25/553906/derrota-das-cotas.html>> Acesso em: junho 2007.

- EAGLY, A. H.; CHAIKEN, S. **The psychology of attitudes**. Orlando, Fl: Harcourt Brace Jovanovich, 1993. p. 1-22.
- FISHBEIN, M.; AJZEN, I. **Belief, attitude, intention and behavior**: as introduction to theory and research. Reading, MA: Addison-Wesley, 1975.
- GREENWALD, A. G. Cognitive learning, cognitive response to persuasion and attitude change. In: Greenwald, A. G. et al. **Psychological foundations of attitudes**. New-York: Academic Press, 1968.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e o agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. **La Teoría da la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. Madrid: Cátedra, 1994.
- _____. **Mudança estrutural da esfera pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2003.
- _____. **A inclusão do outro**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PARSONS, T. **Hacia una teoría general de la acción**. Buenos Aires: Kapelusz, 1952.
- PÉRES DIAZ, V. **Cambios tecnológicos y procesos educativos en España**. Madrid: Castilla, 1972.
- RAWLS, J. **Justiça como equidade**: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- REICH, B.; ADCOCK, C. **Valores atitudes e mudança de comportamento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ROBINSON SALAZAR P. Los recorridos de la tolerancia. Societatis. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, [20-?].
- SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 19-45.
- _____. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. **A construção do objeto de pesquisa em representação social**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.
- SIERRA BRAVO. R. **Técnicas de investigación social**. 2.ed. Madrid: Paraninfo, 1983.

SOUZA FILHO, E. A. Análise de representações sociais. In: SPINK, M. J.

O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SPINK, M. J. **O conhecimento no cotidiano.** As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.